

**EDUCAÇÃO BÁSICA E FORMAÇÃO DOCENTE: O PROGRAMA RESIDÊNCIA  
PEDAGÓGICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA (RS)**


**BASIC EDUCATION AND TEACHER EDUCATION: THE PEDAGOGICAL  
RESIDENCY PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BORJA (RS)**


Recebido em: 10/11/2025

Aceito em: 30/03/2026

Publicado em: 31/05/2026

João Pedro da Rosa Ribeiro<sup>1</sup>   
Universidade Federal do Pampa

André Iser Siqueira<sup>2</sup>   
Universidade Federal do Pampa

Ronaldo Bernardino Colvero<sup>3</sup>   
Universidade Federal do Pampa

**Resumo:** O Programa Residência Pedagógica foi uma política de formação de professor executada entre 2018 e 2024. Para sua implementação, esta diretriz buscava unir instituições de ensino superior (IES) e a educação básica. Compuseram esta ação quatro atores: Coordenador Institucional, Docente Orientador, Residente e Preceptor. Os dois últimos mencionados, são de significativa importância, dado que o Residente, isto é: o licenciando, era recebido pelo Preceptor, no espaço da educação básica. Neste manuscrito, visa-se compreender de que maneira os docentes da rede básica de ensino contribuíram com a formação dos Residentes. Para alcançar tal indagação, aplicou-se a técnica de pesquisa intitulada entrevista, à 4 Residentes, 1 Docente Orientador e 1 Coordenador Institucional. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e para compreensão das informações coletadas, foi feito uso da análise de conteúdo. A partir do emprego metodológico, constatou-se que os Preceptores são co-formadores de professores, na medida que conhecem a educação básica, seu espaço de trabalho e fornecem essas informações aos Residentes. A partir do contato com os docentes da escola básica, os licenciandos tomam posse de saberes inerentes ao local em questão.

**Palavras-chave:** Educação; Núcleo Geografia; Programa Residência Pedagógica; Formação de Professores; Universidade Federal do Pampa.

**Abstract:** The Pedagogical Residency Program was a teacher education policy implemented between 2018 and 2024. For its implementation, this guideline sought to unite higher education institutions (HEIs) and basic education. Four actors composed this initiative: Institutional Coordinator, Supervising Professor, Resident, and Preceptor. The last two mentioned are of significant importance, since the Resident, that is, the undergraduate teaching student, was welcomed by the Preceptor in the basic education environment. This manuscript aims to understand how teachers from the basic education network contributed to the education of the Residents. To achieve this objective, the research technique entitled interview was applied to 4 Residents, 1 Supervising Professor, and 1 Institutional Coordinator. The research has a qualitative approach and, for the understanding of the collected information, content analysis was employed. From the methodological application, it was found that the Preceptors are co-trainers of teachers, insofar as they know basic education, their work environment, and provide this information to the Residents. Through contact with teachers from basic education schools, undergraduate teaching students acquire knowledge inherent to that environment.

**Keywords:** Education; Geography Center; Pedagogical Residency Program; Teacher Education; Federal University of Pampa.

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. E-mail: joaoribeiro.aluno@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. E-mail: andresiqueira.aluno@unipampa.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em História. Professor da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), atuando no curso de Licenciatura em Ciências Humanas e nos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Ciências Humanas. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

## INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP), foi uma política de formação de professores vigente entre os anos de 2018 e 2024. Entre os objetivos desta prática de formação docente, estão: a introdução dos licenciandos no ambiente da educação básica (Brasil, 2022, p. 1). O PRP buscou fomentar as práticas de ensino-aprendizagem entre a educação básica e superior brasileira. Deste modo, integrou o espaço do ensino básico e das instituições de ensino superior (IES) a fim de formar docentes dos cursos de licenciatura (Ribeiro; Pinto; Colvero, 2024). Com este intuito, nota-se que esta política pública buscou aproximar os campos da educação superior e básica, através da formação profissional de professores.

No período que compreende 2018 e 2024, houve 3 edições do Programa Residência Pedagógica. Em todas as etapas, a duração da política foi de 18 meses, com foco em estudantes que estivessem cursando do 5º semestre em diante ou a partir da metade do curso de licenciatura (Brasil, 2002, p. 8). Na edição de 2018-2020, a Portaria Nº 38/2018 foi a reguladora do PRP, enquanto nas edições 2020-2022 e 2022-2024, a documentação normativa deu-se, pelas portarias nº 259/2019 e nº 82/2022, respectivamente (Ribeiro, 2024, p. 54). Os atores que compuseram o PRP foram os seguintes: Coordenador Institucional, Docente Orientador, Preceptor e Residente. Este trabalho tem enfoque nos dois últimos citados. A pesquisa tem como alvo os autores supracitados, na medida que o terceiro objetivo do PRP afirma que as IES e as instituições da educação básica possuem compromisso de formar docentes de forma conjunta (Brasil, 2022, p. 2).

Nos três momentos de realização do PRP, a Universidade Federal do Pampa, a Unipampa, foi selecionada para o implementar. Entre os 10 campi desta instituição, a unidade sediada em São Borja, Rio Grande do Sul, executou o Programa Residência Pedagógica, através do Núcleo Geografia. Todavia, esta investigação dá-se sobre a terceira edição, a qual ocorreu entre o ano de 2022 e 2024. Três escolas foram selecionadas para executar o PRP da Unipampa em São Borja: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Escola Estadual Técnica Olavo Bilac e o Instituto Estadual Padre Francisco Garcia. Para realização deste manuscrito, foram indagados Residentes dos dois primeiros educandários. Ademais, expõe-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira os Preceptores contribuíram para a formação dos Residentes da Escola Técnica Estadual Olavo Bilac e Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa? Esta indagação torna-se necessária, pois na edição de 2022-2024, entre os objetivos da política em estudo, o terceiro, tratou de estabelecer responsabilidades na formação docente entre educação básica e superior.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização desta pesquisa, aplicou-se a coleta de dados denominada entrevista. Neste sentido, a referida constitui-se como uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, a fim de obter informações que são interessantes para sua pesquisa (Gil, 2002, p.109). Além do mais, a entrevista é destinada e aplica-se com maestria quando se tem como meta compreender o que pensa, sabe, deseja e crê, o sujeito inquirido (Gil, 2003, p.109). Busca-se expor, de que forma os Preceptores auxiliaram na formação docente dos quatro Residentes atuantes nas escolas Ubaldo Sorrilha da Costa e Olavo Bilac. Além disso, dois profissionais da Universidade Federal do Pampa, foram indagados: o Coordenador Institucional, responsável por todas as execuções na Unipampa e o Docente Orientador, responsável pelo Núcleo Geografia, alocado no Campus São Borja.

Sobre a abordagem desta pesquisa, a mesma é de caráter qualitativo. Entre as características desta abordagem, destaca-se que ela se ancora na coleta de informações, mediante interações sociais (Silveira, 2011, p.36). Para compreender as informações coletadas, aplicou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2016). Sobre esta forma de interpretação, sublinha-se que a investigação apresenta três passos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos, assim como a interpretação dos mesmos (Bardin, 2016, p.123). Esta etapa é necessária, na medida que após coleta dos dados, é necessária a interpretação dos mesmos (Lakatos; Marconi, 2003, p. 167).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Residência Pedagógica ou PRP, teve como finalidade a aproximação entre educação básica e ensino superior. Para implementar tal concepção, compuseram a política 4 atores: Coordenador Institucional, Docente Orientador, Preceptor e Residente. Os dois primeiros, eram docentes das IES, enquanto o terceiro educador na rede básica, que deveria receber o quarto ator, o Residente. O principal objetivo do PRP deu-se para fortalecer a formação dos discentes de licenciatura no que tange as habilidades teórico-práticas (Bendrath; Reis, 2021, p.12). A política em questão foi inspirada no Programa de Residência Médica (Bendrath; Reis; 2021, p.12). Todavia, a diretriz voltada à educação é destinada à graduandos e não para os egressos dos cursos de medicina. A primeira edição do Programa Residência Pedagógica aconteceu no ano de 2018, teve duração de 18 meses e foi regimentada pela Portaria nº 38 (Brasil, 2018)

As discussões relativas à criação de uma residência para professores deram -se em 2007, anos antes de 2018, ano da primeira execução. O Projeto de Lei do Senado Federal do Brasil nº

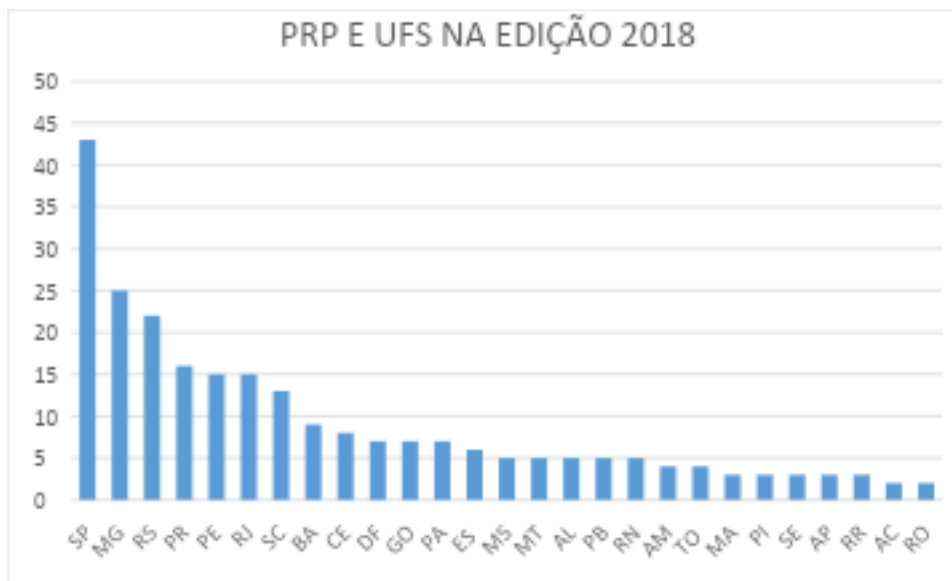
227/2007, foi pautado pelo senador Marco Maciel, do Democratas de Pernambuco (Silva; Cruz, 2018, p. 230). O documento buscava instituir à Lei de Diretrizes e Bases, a LDB (1996), “[...] a residência educacional a professores da educação básica” (Brasil, 1996, p. ?). Todavia, a normativa previa a residência aos docentes da educação básica, diferente do PRP iniciado em 2018, que envolveu as IES e a própria rede de ensino básico. No dia de janeiro de 2011, após o fim da legislatura 2007-2010, o projeto foi arquivado pela casa<sup>4</sup>. O tema volta à discussão em 2012, ainda no Senado pelo Senador Blairo Maggi (PR-MT). Nas mudanças propostas pelo membro do Partido Republicano, o “Residência Educacional” torna-se “Residência Pedagógica”. Conforme a normativa, o trabalho seria de 800 horas e destinado à educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

O projeto não previa a residência como pré-requisito para a atuação na educação básica, para não impedir a atuação de docentes em exercício que não tiveram acesso a essa formação. Ainda, de acordo com aquele PLS, haveria a possibilidade que o certificado de aprovação na Residência Pedagógica pudesse ser utilizado nos processos seletivos das redes de ensino, no contexto de concurso por provas e apresentação de títulos, assim como, os professores em exercício, poderiam se beneficiar da realização da residência, como estratégia de atualização profissional (Silva; Cruz, 2018, p. 231)

Além da edição inicial (2018/2020), houve mais 2 execuções, ambas com 18 meses, sendo a segunda com início em 2020 e término em 2022 e a etapa derradeira, entre os anos de 2022 e 2024. Nas 3 edições do Programa Residência Pedagógica, foram ofertadas bolsas para instituições de ensino superior (IES), tanto de caráter públicas, como privadas. Na primeira seleção, pautada pelo Edital nº 06/2018, foram selecionadas 245 IES. São Paulo, foi a unidade federativa brasileira com maior recebimento: 43 instituições superiores que executaram o PRP.

<sup>4</sup> BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007**. Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a residência educacional a professores da educação básica. Brasília, DF: Senado Federal, 2007. Disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80855#tramitacao\\_9156026](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80855#tramitacao_9156026). Acesso em: 13 maio 2026.

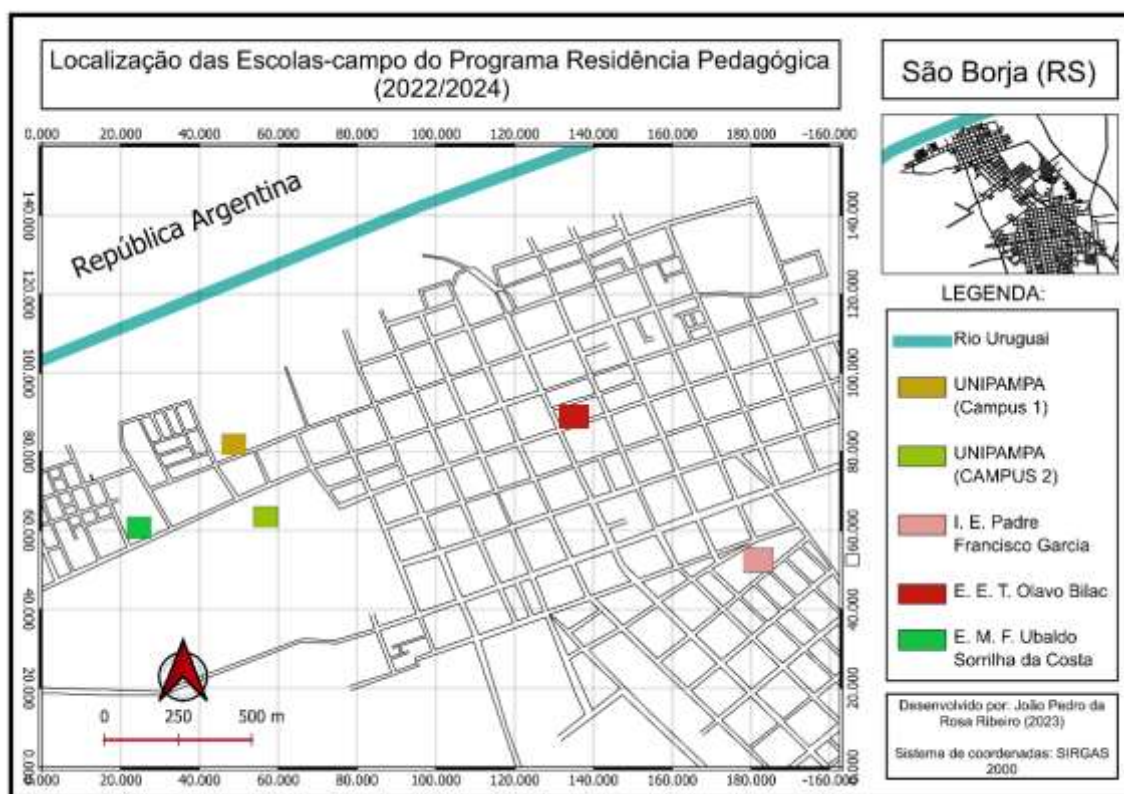
Gráfico 01 – distribuição da IES selecionadas para executar o Programa Residência Pedagógica por UFS na 1ª edição.



**Fonte:** elaborado pelos autores a partir do Edital nº 24/2018.

Já na segunda e terceira edição, mais uma vez houve certam público, respectivamente Edital nº 01/2020 e Edital nº 24/2022. De mesmo modo com IES privadas e públicas selecionadas, em todas as Unidades da Federação brasileira. Desta maneira, na edição segunda, foram selecionadas 250 IES e 230 na última etapa. A Universidade Federal do Pampa, foi selecionada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para executar o PRP em suas três edições. Na derradeira etapa, foco deste trabalho, participaram as seguintes Escolas-campo: Escola Municipal de Ensino Fundamental Ubaldo Sorrilha da Costa, Instituto Estadual Padre Francisco Garcia e a Escola Estadual Técnica Olavo Bilac. Cada um destes institutos possuía um Preceptor, com exceção do último, com dois docentes Preceptores.

Figura 01: escolas-campo do PRP (2022-2024).



Fonte: elaborado por João Pedro da Rosa Ribeiro (2023).

O Programa Residência Pedagógica (PRP), foi executado pela primeira vez entre os anos de 2018 e 2020, conforme discorrido acima. A primeira edição, regulamentada pela Portaria nº 38/2018 instituiu a política em estudo e em seu primeiro artigo afirmou que teve como finalidade: “[...] apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica” (Brasil, 2018, p. 1). O mesmo objetivo pode ser notado através das portarias número 259 e 82, regularam as edições 2020-2022 e 2022-2024, respectivamente. Sobre a segunda edição, a normativa prevê que o PRP e o PIBID devem ser desenvolvidos em parceria com a educação básica:

Art. 1º [...] são iniciativas que integram a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, visando intensificar a formação prática nos cursos de licenciatura e promover a integração entre a educação básica e a educação superior (Brasil, 2019, p. 1).

No que se refere à edição final, a integração entre o espaço da educação básica e superior é mencionado no terceiro inciso do Art. 4º, na medida que o PRP deve: “[...] estabelecer

corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores” (Brasil, 2022, p. 2).

O propósito, de mediar a formação docente entre a educação básica e superior, não é alvo somente do PRP, pois, a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica (PARFOR) tem a mesma pretensão. Na referida normativa, datada de 2021 e dirigida pela CAPES, são expostos 95 artigos, dentre os quais, o quarto, que trata dos seus objetivos, menciona: “III - estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa.” (Brasil, 2021, p. 2). No mesmo sentido, defende Nóvoa (2017, p.17), não é possível formar um profissional sem o contato com seu espaço de trabalho, no caso do professor, o meio educacional:

[...] O eixo de qualquer formação profissional é o contacto com a profissão, o conhecimento e a socialização num determinado universo profissional. Não é possível formar médicos sem a presença de outros médicos e sem a vivência das instituições de saúde. Do mesmo modo, não é possível formar professores sem a presença de outros professores e sem a vivência das instituições escolares (Nóvoa, 2017, p. 17).

Todavia, António Nóvoa (2017, p. 18) argumenta que a Universidade deve estar inserida neste contexto, ou seja, é necessário aproximar o docente de seu local de trabalho, a escola, porém, de mesmo modo, com o auxílio da instituição de ensino superior. Caso professores, educandários de ensino superior e básico se entrelacem, o sujeito se tornará um profissional da educação: “[...] é tão importante construir um ambiente formativo com a presença da universidade, das escolas e dos professores, criando vínculos e cruzamentos sem os quais ninguém se tornará professor” (Nóvoa, 2017, p. 18). O autor português faz menção aos cursos medicina, os quais os estudantes recebem seus jalecos e “[...] passam a vestir a pele da profissão, ao mesmo tempo que os seus futuros colegas lhes dizem: ‘a vossa formação também é da nossa responsabilidade’” (Nóvoa, 2017, p. 19).

Selma Garrido Pimenta, na obra intitulada O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teórica e Prática, argumenta que a prática docente não é meramente teórica, nem somente prática, pois o trabalho do professor é a práxis. A palavra práxis, então, indica que na atividade docente deve estar “[...] presente a unidade teórica e prática” (Pimenta, 2012, p. 111). Além do mais, a autora menciona que a educação é uma ação social (uma prática), porém: “[...] a prática não fala por si mesma. Exige uma relação teórica com ela” (Pimenta, 2012, p. 107). Por outro lado, alerta que a teoria, em sua onipotência, entende-se como práxis e considera a prática como mero local de aplicação (Pimenta, 2012, p. 105-106). Neste sentido, a

universidade é local da teoria e a educação básica, o solo da prática, porém, não pode haver separação de ambas. Portanto, a vida do docente em formação não deve ser simplesmente prática ou unicamente teoria, ela necessita dos dois elementos, o que resulta na práxis.

Partindo do problema de pesquisa apontado na introdução, empregou-se entrevista à 4 Residentes, 1 Docente Orientador e 1 Coordenador Institucional. Este fio condutor da investigação está alicerçado, sobre o objetivo III do PRP, o qual afirma que o PRP deve: “[...] estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores” (Brasil, 2022, p. 2). Quando indagados sobre a influência dos Preceptores em sua formação docentes, dois Residentes retornam respostas similares. Como exemplo, tem-se o relato do Residente 1 e do Residente 2:

O trabalho era muito bom da Preceptora. Bem interessada, bem organizada. Auxiliava os bolsistas (Residentes). Auxiliava inclusive no sentido de passar a característica das turmas que a gente ia trabalhar para a montagem das aulas. Subsidiava com materiais também os bolsistas (Residentes). Muito bom o trabalho dela (Residente 1, 2024).

Não tenho queixa alguma. Pessoa que acolheu todos os Residentes que ela coordenou. A avaliação que eu dou pra ela é de excelência. Excelência. Ela nos conduziu de forma positiva para todos os trabalhos que a gente efetuou, com os planos de aula, com as atividades, com reuniões. Ela estava sempre presente. Em qualquer momento que o Residente chamasse, ela estava pronta para ajudar, pronta para responder e solucionar um problema ou alguma dúvida (Residente 2, 2024).

Os relatos expostos na citação anterior, são de dois licenciandos do PRP que tiveram suas práticas de ensino-aprendizagem na escola Ubaldo Sorrilha da Costa. Em meio à Portaria 82/2022, a qual regulou o programa em sua derradeira edição, é demonstrado que o Preceptor deve, sob prerrogativa de sua função: “[...] planejar e acompanhar as atividades dos residentes na escola-campo, zelando pelo cumprimento das atividades planejadas” (Brasil, 2022, p. 11). Assim sendo, nota-se que a Preceptora do educandário Ubaldo Sorrilha da Costa, conforme destacado por dois Residentes, foi exitosa no cumprimento de uma de suas obrigações legais. Por outro lado, os Residentes 3 e 4, expõem em seus relatos que houve contato diminuto com sua Preceptora. Neste caso, o Residente 3, somente atou na escola Olavo Bilac, enquanto o Residente 4, esteve nas duas escolas até aqui mencionadas. Conforme pode-se ser observador nas respostas destes dois atores, a Preceptora da escola Olavo Bilac não tinha relação próxima com seus licenciandos, no que diz respeito a reflexões sobre as práticas de ensino-aprendizagem e na produção de matérias didáticos.

Ela foi muito solícita. Ela me ajudou bastante. Ela me deixou à vontade, até mais que eu acho que seria necessário. Não entreviei em nenhum momento (Residente 3, 2024).

Com a professora do Olavo, a gente não teve essa mesma troca do que com a professora do Ubaldo, não teve essa parte de sentar e discutir sobre as metodologias, sobre as turmas, sobre os recursos, que eram utilizados. Não teve tanto essa troca, acredito que era porque eram bastante turmas, eu via que ela estava sempre sobrecarregada com os cadernos. Ela não contribuiu para minha formação, não ajudou (Residente 4, 2024).

As informações obtidas nesta investigação, sobre o relato dos Residentes, vinculam-se com a literatura sobre o assunto pois, conforme Brito, Silva e Lima (2024, p. 3), o Preceptor é o mediador entre a educação básica e as instituições de ensino superior. Além disso, no documento regulador da edição 2022-2024, constam 11 atribuições ao Preceptor, entre as quais está: “[...] orientar, juntamente com o docente orientador, a elaboração de relatórios, relatos de experiência ou outros registros de atividades dos residentes” (Brasil, 2022, p. 11). É importante lembrar que o Docente Orientador, é o representante da IES, neste sentido, este último e os Preceptores fazem com que a educação básica se aproxime do espaço do ensino superior.

Já em relação ao exposto pelo Docente Orientador e pelo Coordenador Institucional, ambos afirmam ser importante a figura do Preceptor na formação dos licenciandos. Conforme foi relatado pelo Coordenador Institucional, a aproximação entre as IES e a educação básica, se dá por meio do Preceptor, isto é: o elo que une estes dois espaços. O entrevistado afirma o seguinte: “Então, é essa aproximação, entre universidade e escola, por meio do Preceptor, que é considerado co-formador, ou seja, ele se percebe como agente que está formando também aquele aluno e está reciclando as práticas dele” (Coordenador Institucional UNIPAMPA, 2024). O mesmo é mencionado por Nóvoa (2017, p. 11), que defende a formação docente não como somente uma mistura entre escola e universidade: é, na verdade, um lugar de encontro entre os dois. Deste modo, os conhecimentos e experiência de ambos os locais são aproveitados.

Em suma, “não se trata, apenas, de levar a universidade às escolas ou de trazer as escolas até a universidade, mas sim de construir um novo lugar, em conjunto, em colaboração, valorizando os conhecimentos e as experiências de todos” (Nóvoa, 2017, p. 12). Quando o houver o referido encontro, ocorrerá a formação docente por ambas vias: pelos professores da universidade e da educação básica.

É fundamental que haja mobilidade entre as universidades e as escolas. É preciso que todos tenham um estatuto de formador, universitários e professores da educação básica. Só com igualdade de tratamento conseguiremos um encontro autêntico entre mundos que se conhecem mal e que vivem em situações de grande disparidade, tanto nas condições materiais de vida como na imagem social que deles se projecta (Nóvoa, 2017, p. 12).

Conforme foi exposto nas entrevistas, a aproximação entre o ensino superior e o básico ocorreu, mediante o Programa Residência Pedagógica. O elo entre ambos espaços, são, portanto, os docentes do campo do ensino básico. Para além, o Coordenador Institucional da Unipampa (2024) comenta: “[...] o Programa Residência Pedagógica proporciona uma apropriação do espaço da sala de aula pelo licenciando”. Essa apropriação acontece, como já foi dito: juntamente com os Preceptores. O Coordenador Institucional foi responsável por todos os Núcleos do PRP, todavia, o profissional da IES com maior contato com os educandários, era do Docente Orientador. Nas respostas da entrevista, o Coordenador Institucional afirma: “[...] avalio que o trabalho dele realizou uma aproximação muito boa com a comunidade escolar, com as escolas e com os professores da educação básica” (Coordenador Institucional UNIPAMPA, 2024). O ator mencionado, por sua vez assegura que o envolvimento dos Residentes com as escolas foi de grande contribuição em suas formações docente. Ademais, comenta sobre o PRP, em suas experiências educacionais, foi o projeto com maior envolvimento entre educação superior e básica:

[...] por ter esse foco [o PRP] na realização de atividades que fogem do tradicional, eu percebi, primeiramente um envolvimento dos Residentes, uma conexão com as escolas, sobretudo nas reuniões que nós fazíamos na universidade com os Preceptores. Nas atividades que eu participei, o Residência foi que mais teve essa interação de estar junto, por exemplo os Residentes e os docentes da Universidade, tais como Coordenadores de Núcleo e os Preceptores (Docente Orientador 1, 2024).

O que foi dito, nas entrevistas, corrobora, primeiramente com o objetivo terceiro do Programa Residência Pedagógica: “[...] III - estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores” (Brasil, 2022, p. 2). Todavia, esta concepção, é de mesmo modo, adotada por autores como Nóvoa (2019, p. 6), o qual afirma que existe uma complexidade na profissão docente, envolvendo “[...] suas dimensões (teóricas, experienciais, culturais, políticas, ideológicas, simbólicas, etc.)” (Nóvoa, 2019, p. 6). Deste modo, é necessário aproximar as referidas dimensões e o Programa Residência Pedagógica, conforme expostos nas entrevistas, obteve sucesso nesta tarefa. Esta ação, se dá, entre o Preceptor (parte da escola) e o Docente Orientador (sujeito da IES), a fim de “[...] facilitar a realização de atividades que propiciem aos residentes interagir no ambiente escolar e se envolver ativamente na rotina deste ambiente [...]” (Brito; Silva; Lima, 2024, p. 3). Portanto, são necessários, para a formação dos Residentes, os sujeitos do ambiente universitário e da rede básica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propósito de compreender a importância do Preceptor na formação dos Residentes, esta pesquisa indagou estes licenciandos, além do Docente Orientador e Coordenador Institucional. A verificação deu-se, então, através de entrevistas, as quais buscaram compreender de que maneira o profissional da educação básica contribuiu com para a formação docente dos Residentes. Entre os assuntos obtidos, está a constatação que as instituições de ensino superior (IES) e as escolas devem ser aproximadas, para que ocorra a formação docente. O encontro destes dois lugares, se dá, mediante a figura do Preceptor, o educador da rede básica.

Os resultados da pesquisa, por parte dos licenciandos do Programa Residência Pedagógica, apontam que os Preceptores foram imprescindíveis para sua formação, caso dos Residentes 1 e 2. Todavia, os Residentes 3 e 4, expõem que a docente que os recebeu na Escola Estadual Técnica Olavo Bilac, não teve aproximação, no que tange a observação e avaliação de suas práticas de ensino-aprendizagem. Entre os motivos, o qual aponta o Residente 3 está a sobrecarga de trabalho enfrentada pela mesma. Nota-se que, a formação docente tem como uma das bases o profissional educador da rede básica, todavia, este está sujeito aos problemas que vão além do Programa Residência Pedagógica, tal como as elevadas jornadas de trabalho.

A investigação aqui exposta, demonstra que é necessário aproximar a educação básica do espaço universitário. Como consequência deste entrelaçamento, os docentes terão formação profissional constituída. Esta profissionalização, se dará pelo contato com a prática educacional do ambiente escolar e pelos aportes teóricos fornecidos pela universidade. Quando estes dois elementos se relacionam, ocorre a práxis, a especificidade da docência.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENDRATH, Eduard Angelo; REIS, Jaqueline Rocha dos. Residência pedagógica espelhada na residência médica: formação de professores sob nova perspectiva? **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 3, p. [paginação não indicada], set./dez. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernodfísica/article/view/27708>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. [Congresso Nacional]. **Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007**. Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a residência educacional a professores da educação básica. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital nº 06/2018**: chamada pública para apresentação de projetos institucionais do Programa Residência Pedagógica. Brasília, DF: CAPES, 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital nº 01/2020**: chamada pública para apresentação de projetos institucionais do Programa Residência Pedagógica. Brasília, DF: CAPES, 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital nº 24/2022**: chamada pública para apresentação de projetos institucionais do Programa Residência Pedagógica. Brasília, DF: CAPES, 2022.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa Residência Pedagógica. Brasília, DF: CAPES, 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 259, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Brasília, DF: CAPES, 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 82, de 26 de abril de 2022**. Dispõe sobre o regulamento do Programa Residência Pedagógica – PRP. Brasília, DF: CAPES, 2022.

BRITO, Daniel Azevedo de; SILVA, Silvina Pimentel; LIMA, Leiliane Frota Correia. Explorando relações entre identidade docente e formação de professores no Programa Residência Pedagógica. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 6, n. 4, jan./dez. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Dfm3JL685vPJryp4BSqyPZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO, João Pedro da Rosa. **Avaliação dos objetivos do Programa Residência Pedagógica**: estudo do subprojeto Geografia na Unipampa – São Borja. 2024. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2024.

RIBEIRO, João Pedro da Rosa; PINTO, Muriel; COLVERO, Ronaldo Bernardino. Política pública Programa Residência Pedagógica e a portaria nº 82/2022. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 01–22, 2024. DOI: 10.56579/rei.v6i4.1029. Disponível em:

<https://revistas.cceinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1029>. Acesso em: 10 maio 2026.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da; CRUZ, Shirleide Pereira. A residência pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento: Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago. 2018.

## COLABORADORES

COORDENADOR INSTITUCIONAL 1. **Entrevista I** [ago. 2024]. Entrevistador: João Pedro da Rosa Ribeiro. São Borja: Unipampa, 2024. Gravação realizada via Google Meet.

DOCENTE ORIENTADOR 1. **Entrevista II** [ago. 2024]. Entrevistador: João Pedro da Rosa Ribeiro. São Borja: Unipampa, 2024.

RESIDENTE 1. **Entrevista III** [ago. 2024]. Entrevistador: João Pedro da Rosa Ribeiro. São Borja: Unipampa, 2024.

RESIDENTE 2. **Entrevista IV** [ago. 2024]. Entrevistador: João Pedro da Rosa Ribeiro. São Borja: Unipampa, 2024. Gravação realizada via Google Meet.

RESIDENTE 3. **Entrevista V** [ago. 2024]. Entrevistador: João Pedro da Rosa Ribeiro. São Borja: Unipampa, 2024. Gravação realizada via Google Meet.

RESIDENTE 4. **Entrevista VI** [ago. 2024]. Entrevistador: João Pedro da Rosa Ribeiro. São Borja: Unipampa, 2024. Gravação realizada via Google Meet.